MINERAÇÃO

O Projeto Minas-Rio: negociando os direitos... dos outros!

Típico caso de enclave econômico, formado por mina, mineroduto e porto, o Projeto Minas-Rio tem como objetivo exportar minério de ferro sem quase nenhum beneficiamento. Defendido como "desenvolvimento", ele reforça o modelo de inserção subordinada do Brasil ao mercado internacional, aprofundando sua posição como mero fornecedor de matéria-prima

POR ANDRÉA ZHOURI, ANA FLÁVIA SANTOS, BRUNO MILANEZ, KLEMENS LASCHEFSKI E ROGÉRIO DAFLON*

Em 2007, chegava a Conceição de Mato Dentro (MG) a Borbagato Agropastoril S.A., empresa que, segundo informado pelos moradores, procurava comprar terra para criar cavalos. A companhia, conforme relatório disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários, é subsidiária da MMX, mineradora que pertencia a Eike Batista e proponente do Sistema Minas-Rio. O motivo da omissão nunca foi explicitado. Uma possível explicação seria evitar que o conhecimento de seu verdadeiro interesse aumentasse a resistência à venda das propriedades.

Conceição localiza-se a 150 quilômetros de Belo Horizonte, próximo ao Parque Nacional da Serra do Cipó, no caminho da Estrada Real e no coração da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (parte do programa "O Homem e a Biosfera" da Unesco). A cidade, de 18 mil habitantes, vinha consolidando uma economia sustentável, baseada na agricultura familiar e no ecoturismo. Esse processo foi interrompido quando o governo de Minas, juntamente com algumas empresas, decidiu que sua "vocação" era ser uma cidade mineradora.

Defendido como "desenvolvimento" pela empresa e pelo governo de Minas, ele reforça o modelo de inserção subordinada do Brasil

O Projeto Minas-Rio é um típico caso de enclave econômico, formado por mina, mineroduto e porto. A mina localiza-se em Conceição, o mineroduto corta 32 municípios, e o porto fica em São João da Barra (RJ). Seu objetivo é exportar minério de ferro sem quase nenhum beneficiamento. Defendido como "desenvolvimento" pela empresa e pelo governo de Minas, ele reforça o modelo de inserção subordinada do Brasil ao mercado internacional, aprofundando sua posição como mero fornecedor de matéria-prima.

O Minas-Rio é um sistema: a mina só faz sentido se houver escoamento da produção; o mineroduto apenas tem serventia se houver minério. Apesar disso, contando com a conivência dos órgãos ambientais e desrespeitando a lógica da legislação, a empresa dividiu o processo de licenciamento. A mina foi licenciada pelo órgão ambiental estadual de Minas (Unidade Regional Colegiada – Jequitinhonha); o mineroduto teve a licença concedida pelo governo federal (Ibama); e o porto, pelo governo estadual do Rio de Janeiro (Inea). Essa estratégia permitiu que os efeitos cumulativos do projeto fossem ocultados e ainda fracionou a resistência das pessoas impactadas.

Em 2008, o projeto foi vendido para a Anglo American. Essa mineradora, que faturou US$ 28,7 bilhões em 2012, tem sede em Londres e um histórico de conflitos com comunidades (Colômbia, Filipinas e Peru) e trabalhadores (África do Sul e Chile).[1]

Sua atuação em Conceição reforçou esse currículo. Em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em maio de 2013, o promotor público estadual Marcelo Mata Machado listou os conflitos na região, que incluíam violações de direitos associados à "aquisição de terras, à qualidade e quantidade das águas, às invasões de propriedades, à destruição dos acessos tradicionais [e] à fragmentação das famílias".

Os conflitos fundiários incluem a ocupação de terras sem o devido reconhecimento dos proprietários. Isso se deve ao fato de as posses de terrenos em Conceição não terem sido transferidas após o falecimento dos proprietários, sendo geridos, em comum acordo, pelos familiares. Segundo as denúncias, a empresa negociaria a "compra" com alguns membros da família, sem a concordância de todos os herdeiros. Uma vez "fechado" o negócio, a empresa proibia a entrada dos moradores e herdeiros nos terrenos e o acesso a caminhos tradicionais.[2]

Após o início das atividades da empresa, córregos e rios passaram a apresentar condições impróprias para uso. Produtores rurais tiveram inviabilizado o plantio de alimentos e a fabricação de queijos e doces (importante elemento da economia local), e viram seus animais adoecerem e morrerem. Esse processo foi mais agudo no Córrego do Passa Sete, abaixo da barragem de rejeitos da empresa, onde ocorreu uma grande mortandade de peixes em 2014.

Produtores rurais tiveram inviabilizado o plantio de alimentos e a fabricação de queijos e doces, e viram seus animais adoecerem e morrerem

A instalação do projeto foi também caracterizada pelo desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Em 2013, um incêndio marcou o ápice do protesto de oitocentos trabalhadores de uma empresa contratada pela Anglo American em razão das más condições de trabalho e do não pagamento das horas extras. No mesmo ano, outra empresa a serviço da Anglo foi denunciada por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão, incluindo cerca de cem haitianos. Em 2014, a empresa voltou a ser autuada por trabalho análogo a escravidão e por terceirização ilícita.[3]

Apesar de sua atuação ser questionável do ponto de vista legal, a Anglo American conseguiu todas as licenças ambientais necessárias. Licenciamento que caracterizou a fragilidade do sistema ambiental estadual. Cada etapa do licenciamento (licença prévia, licença de instalação e licença de operação) foi obtida mediante o compromisso da empresa de cumprir várias condicionantes (em alguns casos, mais de uma centena), das quais muitas ela deixou de atender. Além disso, a licença de instalação foi dividida em Fase I e Fase II, procedimento não previsto na legislação. A forma como o licenciamento foi obtido sugere forte interesse de pessoas de dentro dos órgãos ambientais para que o projeto fosse aprovado. Essa conivência pode ser ilustrada pelo fato de Daniel Medeiros de Souza, superintendente de Regularização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ter sido contratado como gerente de licenciamento da empresa no ano seguinte à sua exoneração. Da mesma forma, ela fica clara na fala do secretário de estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Alceu José Torres Marques, em reunião com moradores de Conceição e pesquisadores em setembro de 2014: "Negocia, direito se negocia!".

Assim, a Anglo American conseguiu sua licença de operação em outubro de 2014, apesar de condicionantes anteriores não terem sido cumpridas, nem mesmo a listagem final dos moradores diretamente atingidos. Em decorrência disso, o projeto foi aprovado sem informações substanciadas sobre os reais riscos sociais e ambientais. Embora o projeto tenha sido marcado por violações de direitos humanos, a população de Conceição ainda não se rendeu. Como escreve Ana Paula Rodrigues em seu poema sobre a reunião que concedeu a licença de operação, "Apesar de toda violência, todo descalabro; nós também somos o mundo. E existirmos já é mudá-lo".

*Andréa Zhouri, Ana Flávia Santos e Klemens Laschefski são professores e pesquisadores do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta/UFMG); Bruno Milanez é professor e pesquisador do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/UFJF); e Rogério Daflon é jornalista do Canal Ibase e do Observatório do Pré-Sal.

1 Ver: <www.minesandcommunities.org>.
2 Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, "Resistência à mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S.A. em Conceição do Mato Dentro", 23 ago. 2013.
3 Repórter Brasil, "Fiscalização volta a flagrar escravidão em megaobra da Anglo American", 17 maio 2014.